



Daniel Oliveira
danieloliveira@gmail.pt

SEM UMA RESPOSTA

Mais segurança? Ela pode ser sempre reforçada. Mas há o limite da nossa liberdade. O facto de a França viver há meio ano em estado de emergência e já lhe ter acrescentado mais três meses é uma vitória dos terroristas. Há os limites da modernidade. Pessoas de todo o mundo cruzam-se em cidades cosmopolitas, multiplicando as nacionalidades das vítimas e as possibilidades dos terroristas. Mesmo que quiséssemos travar isto não conseguiríamos. E há limites práticos. É impossível impedir que a qualquer momento alguém pegue num camião e mate dezenas de pessoas. Centenas de atentados podem ser travados. Mas haverá sempre um, menos sofisticado e mais imprevisível, que passará pelas malhas da segurança. Nem é preciso que haja uma relação entre o autor do atentado e um grupo terrorista para que este ganhe com isso. Vencer o Daesh na sua casa? É o que está a acontecer no Iraque e na Síria. Na realidade, o aumento dos atentados é um sinal de desespero. Quanto mais o Daesh falhar na guerra convencional mais terá de apostar na guerra assimétrica. Continuar a apoiar as forças no terreno, que não sejam vistas como invasoras, é a melhor estratégia. No Iraque, tudo o que podia ter sido mal feito já foi. O Daesh não existiria com a força que tem sem o caos que ali se instalou. E o caos do Iraque tem responsáveis com nome: George Bush, Tony Blair, José Maria Aznar e Durão Barroso. Todos os países que participaram na aventura iraquiana deveriam seguir o exemplo britânico e investigar o comportamento dos governantes de então. E, depois disso, fazer justiça aos milhões de vítimas da guerra, do caos que se lhe seguiu e do terror que ele alimentou. Mudar a situação política, social e económica nos países onde o recrutamento se faz? Sim. No Iraque e na Síria, em vários países africanos, nos subúrbios de várias cidades europeias, sobretudo francesas. Mas, além de ser um esforço de gerações, não garante o fim do terrorismo. Como percebemos desde o 11 de Setembro, há terroristas com vidas confortáveis.

Sempre houve atentados terroristas. Na Europa, os anos 70 e 80, até terão sido, graças a vários movimentos radicais de extrema-esquerda e aos conflitos basco, irlandês e corso, bem mais mortíferos. Mas agora estamos perante confrontos políticos ou nacionalistas que permitam uma forma racional para lidar com o problema. E, mais relevante, o impacto mediático de cada ataque era muitíssimo menor. O mesmo que teve o atentado que, no início do mês, matou 250 pessoas em Bagdade, muitas delas crianças, perante a quase indiferença do mundo. Mesmo que a comunicação social decidisse, por absurdo, não mostrar imagens das vítimas, reduzindo assim a eficácia do terror, as redes sociais tratariam disso. Não há solução? Quase isso. Como em muitas coisas na vida, só há meias-soluções. Não temos apenas de viver com o terrorismo. Mesmo que nos tenhamos esquecido, sempre o fizemos. Temos de aprender a viver com a sua brutal mediatização. Podemos, claro, voltar a repetir os erros da década passada, entrando em aventuras bélicas contraprodutores. Podemos tornar o Estado de emergência francês permanente e generalizá-lo à Europa. Podemos fechar as fronteiras e expulsar muçulmanos. Ou podemos resistir, melhorar, corrigir. E, no meio de tudo isto, controlar o ódio que inevitavelmente nos sobe à cabeça.



DANIEL OLIVEIRA
ESCREVE NO EXPRESSO
DIÁRIO DE SEGUNDA
A SEXTA-FEIRA

Leitor em Planeamento Urbano na Universidade de Manchester reivindica que o poder político ouça a comunidade emigrada

Emigrantes e política pública

Nuno Pinto

Portugal tem 10 milhões e meio de nacionais a viver no país e, diz-se, cerca de cinco milhões de emigrantes e descendentes espalhados pelo mundo (o Banco Mundial estimava em 2011 cerca de 2,1 milhões de emigrantes, o valor mais alto na UE exceto Malta). Na falta de dados exatos que permitam uma comparação detalhada dos impactos sociais e económicos no país de origem, é genericamente assumido que os emigrantes são um ativo para o país que está efetivamente por explorar uma vez que, apesar da existência da Secretaria de Estado das Comunidades (que centra a sua atividade no contacto com as comunidades emigradas), iniciativas sociais e políticas para aumentar o relacionamento efetivo com os emigrantes são recentes e ocorrem a um nível ainda simbólico, como são exemplos o Conselho da Diáspora ou a recente celebração oficial do dia 10 de Junho em Paris.

Os emigrantes contribuem com as tão importantes transferências de divisas e com uma dinâmica social que se sente sobretudo localmente. Mas na verdade as comunidades emigradas contam para pouco mais do que isto.

Como é possível não terem estas gentes de tão variados países de destino um papel ativo na definição de políticas públicas em Portugal? Como é possível que se invoque política e socialmente o valor e diversidade destas comunidades mas depois não se lhes dê real voz na definição de um futuro que também se diz deles?

Uma análise à informação disponível na internet permite constatar que, ou não há informação publicada, ou então



não há mesmo um contributo destas comunidades. Dois exemplos atuais são ilustrativos de que a segunda hipótese é muito mais provável.

O Conselho das Comunidades Portuguesas é um organismo do Estado cujo objeto são as políticas relativas às comunidades emigradas. Os seus estatutos são claros nestes objetivos e não criam ferramentas para mobilizar e dar voz a estas comunidades na definição da política pública em Portugal, nem sequer para a atração de investimento e interesse no país. Sendo importante ouvir os emigrantes sobre a política consular ou o voto em Portugal, seria muito mais importante discutir opções de estratégia nacional nos diversos sectores onde o país precisa de novas maneiras de pensar, como na economia, na segurança social, na educação, na transferência tecnológica ou no mar.

Na ciência e ensino superior, o atual Governo tem comissões compostas exclusivamente por académicos com afiliação em Portugal a estudar a reforma da Fundação para a Ciência e Tecnologia e a reavaliação dos centros de investigação. Não há contributo de nenhum académico português radicado no estrangeiro. Parece muito pouco realista dizer, por exemplo, que vamos evoluir para um sistema inspirado no Research Excellence Framework desenvolvido e aplicado no Reino Unido e não incluir no dito processo nenhum dos cerca de 600 académicos portugueses a trabalhar nas universidades de investigação britânicas, muitos com experiência pessoal e institucional no processo.

Muitos mais exemplos existirão. Não é possível estabelecer programas socioeconómicos e políticos para resgatar Portugal do declínio sociodemográfico e do marasmo económico que se instala há mais de uma década sem o contributo efetivo das comunidades emigradas com experiências diferentes, escolas diferentes, visões diferentes para o futuro de Portugal.



Henrique Raposo
henrique.raposo79@gmail.com

MESTIÇOS

Tsanko Arnaudov tem 24 anos, nasceu na Bulgária, vive em Portugal desde os 12, é a estrela portuguesa do lançamento do peso, acaba de vencer o bronze nos Campeonatos da Europa de Atletismo. É o Eder do *tsartan*, e tal como o messias ginecense criado em Coimbra e glorificado em Paris, Tsanko representa a centelha que diferencia Portugal da grande maioria dos países europeus, sobretudo os do Norte e do Leste: uma tolerância mais afinada em relação ao estrangeiro, uma capacidade de quase orgânica para integrar africanos e europeus; como dizem muitos imigrantes, "Portugal não tem dinheiro, mas tem carinho e respeito". Esta tolerância — volta a repetir — não resulta de qualquer luso-tropicalismo ou quinto-imperialismo. Lamento, mas não aplicamos o porreísmo ao império. Basta recordar que dominámos o comércio de escravos. A tal tolerância resulta, isso sim, dos despojos do império que se empilharam em redor de Lisboa após 1974. Aprendemos a viver juntos, à força.

Com ou sem mitologias, o certo é que estamos perante uma especificidade portuguesa (ou talvez ibérica): em Portugal, a direita não tem um discurso racista ou nacionalista. Não há espaço cultural em Portugal para um discurso étnico como o da Frente Nacional (França) ou o da AfD (Alemanha). Muitos franceses da Frente Nacional não consideram os jogadores negros e argelinos como verdadeiros franceses; a tensão racial é tanta que provocou o *affaire Benzema*, o franco-argelino que recusou cantar o hino em protesto. Na Alemanha, a emergente extrema-direita critica a convocação de descendentes de turcos como Özil ou de negros como Boateng. Em Portugal, os políticos do CDS e PSD nunca dirão semelhantes barbaridades sobre Eder ou Renato. É certo que a direita portuguesa ainda labora na mitologia luso-tropicalista e quinto-imperialista, ainda se diz por aí que fomos colonizadores meigos. Não fomos. Basta recordar que regimes laborais de quase escravatura duraram até 1974. Seja como for, em 2016, a realidade portuguesa é mais aberta, tolerante e cosmopolita do que a grande maioria das nações europeias. Ao contrário dos povos do Leste e do Norte, sentimo-nos confortáveis com a ideia de mestiçagem, com a cama partilhada por brancos e pretos, com a fusão musical e sexual entre fado e funaná. Portanto, nos Jogos Olímpicos do próximo mês, devemos olhar com redobrado orgulho para Tsanko Arnaudov, Patrícia Mamona ou Nelson Évora, símbolos da abertura portuguesa num tempo de nacionalismo europeu.

Nos habituais gráficos económicos e financeiros, perdemos por goleada. Mas, neste gráfico moral, somos nós os vencedores. E, já agora, convém registar que esta tolerância não é apenas uma questão de princípio, também pode servir os nossos interesses. Na demografia, a Europa, em geral, e Portugal, em particular, serão mestiços ou não serão. Os Trumps, os Le Pens e os Orbáns simbolizam uma resistência suicida à inevitável mestiçagem simbolizada por Tsanko, Mamona e Eder. Por outras palavras, a ausência de Trumps em Portugal diz-nos uma coisa simples mas inexplorada: somos uma das nações mais bem preparadas para observar o choque térmico da inevitável miscigenação.



HENRIQUE RAPOSO
ESCREVE NO EXPRESSO
DIÁRIO DE SEGUNDA
A SEXTA-FEIRA

Provedor de Justiça diz que este é um caminho mas não o único para restaurar a paz jurídica que o crime estilhaçou

A Justiça Penal (é) restaurativa

José de Faria Costa

Quando falamos de justiça, mais do que palavras ou bonitos conceitos, temos que nos ater à substância das "coisas". É claro que cada época — e é isso que é fascinante e bom no pensamento que se quer arreigado à razão prática — tem formas diferentes para, humanamente, se encontrar a solução justa.

Este nosso tempo, por exemplo, ilumina-se de justiça restaurativa mas a primeira ideia que tem de se deixar clara — e isto não é ceticismo militante mas antes lucidez crítica — é que a justiça restaurativa de hoje é uma proposta, uma resposta, legítima e sensível, por certo, mas uma resposta, uma proposta com tantas outras que aconteceram no passado e como tantas outras que virão a suceder no futuro. Vale como esforço do pensamento para se encontrar um pequeno sinal que nos apoia a tentar compreender a incessante pergunta que, desde que a humanidade é humanidade, se põe: por que razão punimos?

Neste sentido, sem querer tirar a validade que a justiça restaurativa pode trazer para se compreender a relação forte entre ofensor e ofendido e com isso pacificá-la, é bom não esquecer que, desde sempre, os fins das penas — e, nesse sentido, o fim do direito penal

— balançam entre a retribuição e a prevenção. Punimos para retribuir a prática de uma infração (e, neste sentido, olhamos para trás). E punimos para prevenir que outros não venham a praticar crimes (e, neste sentido, olhamos para o futuro).

O péndulo da história tem-nos mostrado que as coisas umas vezes estão mais para o lado da retribuição e outras para aquele em que domina a prevenção. Sem querermos entrar em especificidades aqui, absolutamente deslocadas, podemos dizer que a chamada justiça restaurativa é uma das respostas, como já vimos, para dar uma réstia de luz compreensiva aquilo que, em princípio, parece incompreensível. Na verdade, se nós aceitarmos que a pena é sempre e em todas as circunstâncias um mal, estaríamos a construir uma sociedade completamente assente no absurdo mais absurdo da maldade, porquanto, se o crime é um mal e a pena é um mal, estaríamos a acrescentar mal a outro mal. Por isso se procuram caminhos e fundamentações outras que não nos amarem a este absurdo. Perante isto é preciso ter consciência de que o chamado direito penal clássico — assim denominado para simplificar — tem também respostas para que, de uma certa forma, se entenda a ideia de restauração. Encontramo-las, por exemplo, na extinção da responsabilidade criminal no crime de furto

quando, com o consentimento do ofendido, o seu autor proceder, até à publicação da primeira sentença, à restituição da coisa furtada ou à reparação dos danos causados. Encontramo-las, de igual modo, na possibilidade de dispensa de pena no crime de ofensa à memória de pessoa falecida se o ofendido ou quem legalmente o representa considerarem satisfatórias as explicações do seu agente. Encontramo-las, também, no direito processual penal, nas soluções de diversão — ou, como preferimos, de diversificação — que podem ser aplicadas em alternativa à acusação, como seja a suspensão provisória do processo, subordinada ou não a injunções ou regras de conduta. E, ainda, em um momento prévio ao próprio processo penal, isto é, na decisão de (não) apresentação de queixa por parte de quem o pode fazer.

O que queremos dizer é que, desde sempre, todos os que refletidamente pensaram sobre a justiça tentaram encontrar uma explicação, minimamente racional, para justificar a punição. Isto é, para nós justificarmos, enquanto comunidade, perante o facto de se aplicar uma pena criminal. Mas de uma coisa estamos certos: o que queremos sempre é restaurar a paz jurídica que o crime estilhaçou. Como isso se faz é difícil de dizer. E não há uma forma única e absoluta de o levar a cabo. A justiça restaurativa é tão-só um desses caminhos.

ILUSTRAÇÃO: FLÁVIO ABRANCHES